

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Este ano de 2020 ficará na História como um grande desafio em todas as atividades humanas, inclusive no transporte coletivo intermunicipal, razão de ser de nossa Empresa.

Assumimos em março, no início da Pandemia do COVID 19, cientes de que nossa empresa se constitui num vetor de disseminação viral do Estado: 180 mil passageiros/dia útil, utilizando uma frota de 160 vagões (TUEs-Trens Unidades Elétricas). O desafio era o de combater a lógica, potencialmente trágica.

No primeiro dia, determinamos o uso máximo de comboios duplos, 8 vagões ao invés dos clássicos 4, ofertando mais espaço e garantindo mais conforto e segurança aos passageiros. Reforçamos as equipes de limpeza, garantindo, em cada viagem, a completa higienização com álcool nos vagões, corrimãos, catracas, balcões e terminais bancários e nos pontos de atendimento, além do uso obrigatório de máscaras e disponibilização de álcool em todas as Estações e postos de venda de passagens. Além de lavatórios nas plataformas.

Aos empregados, garantimos assistência médica e ambulatorial para exames e testes (em convênio com o SESI), e encontramos neles um grande espírito de equipe que garantiu o bom resultado da campanha de prevenção, que obteve reconhecimento dos nossos clientes, em especial pelo ímpeto no esclarecimento público, pois tiveram razões objetivas para confiarem na seriedade e qualidade dos serviços prestados à Região Metropolitana.

Além destas ações em tempos de crise, garantimos uma oferta de trens superior à de tempos normais. Garantimos apoio ao comércio que oferece serviços nas Estações e cuidamos da manutenção de trilhos, trens e rede aérea.

Para o próximo ano, já temos contratadas reformas prediais necessárias em 12 Estações e em diversas Obras de arte (viadutos e passarelas) que, após 35 anos de existência, já se apresentam como indispensáveis. Tudo com a visão clara de melhorar as condições e o conforto de nossos clientes! Esta é a razão de ser de nosso trabalho.

Pedro Bisch Neto

Diretor-Presidente

PERFIL DA EMPRESA

A TRENSURB, é uma empresa pública, vinculada ao Governo Federal, que tem por acionistas a União (99,9112%), o Estado do Rio Grande do Sul (0,0687%) e o município de Porto Alegre (0,0201%). Foi criada em 1980 e iniciou a operação comercial em 1985.

O primeiro trecho da linha, ligando Porto Alegre, Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul, foi inaugurado em 2 de março de 1997, o trem chegou a São Leopoldo e em maio de 2014 no município de Novo Hamburgo.

A linha de trens urbanos tem extensão de 43,8km, com 23 estações e uma frota composta por 40 Trens Unidades Elétrica – TUE's. Possui, ainda, um sistema de Aeromóvel inaugurado e aberto ao público em agosto de 2013 que permite a integração e acesso rápido e direto ao Aeroporto Internacional Salgado Filho, sem custo adicional para os passageiros do trem.

Por sua condição de empresa pública, a TRENSURB está submetida as regras da Lei nº 13.303/2016, de 30 de junho de 2016, bem como, as mudanças no decorrer de 2019 que afetaram a autonomia da gestão, como o Decreto nº 9.998, de 3 de setembro de 2019, que qualificou a empresa no âmbito do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República – PPI, bem como a incluiu no Programa Nacional de Desestatização – PND. Além disto, o Decreto nº 10.006, de 5 de setembro de 2019, alterou a subordinação administrativa das empresas incluídas no PND ao Ministério da Economia, sem prejuízo a outros atos de gestão vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR.

A estrutura administrativa da TRENSURB está disponível no sítio da empresa.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

O Planejamento Estratégico para o Ciclo 2016-2020 foi revisado em 2018, adequando-se ao atual momento econômico e político do País, redefinindo os objetivos estratégicos para alinhar a Gestão da TRENSURB e elaborar o plano de negócios para o exercício anual seguinte, como exige a Lei das Estatais.

A declaração da missão, visão e valores da TRENSURB compõem os elementos da identidade organizacional. Este conjunto é a síntese das premissas que expressam a razão de ser da empresa, conjunto de crenças e princípios, e a situação de futuro almejada, de forma explícita aos empregados e demais partes interessadas.

Missão:

“TRANSPORTAR PESSOAS DE FORMA RÁPIDA, SEGURA E COM QUALIDADE, DE MODO SUSTENTÁVEL”.

Visão:

“SER REFERÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA NA OPERAÇÃO DO SISTEMA METROFERROVIÁRIO, COM GERAÇÃO DE VALOR PARA SOCIEDADE E BUSCA PERMANENTE PELA SUSTENTABILIDADE”.

Valores:

- ✓ EFICIÊNCIA - Uso eficiente dos recursos;
- ✓ INTEGRIDADE - Adesão de valores, princípios e normas éticas. Atuar moralmente e conforme as normas legais vigentes, garantindo uma conduta voltada ao interesse público sobre os interesses privados;
- ✓ PERTENCIMENTO - Orgulho de ser TRENSURB. Construir e/ou fortalecer o sentimento de orgulhar-se de pertencer à TRENSURB, sentindo-se parte integrante da empresa;
- ✓ RESPEITO - Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente;
- ✓ TRANSPARÊNCIA – Ser clara, translúcida em suas ações;
- ✓ URBANIDADE - Presteza e bom atendimento aos usuários.

PRINCIPAIS AÇÕES E PROJETOS

No ano de 2020 a TRENSURB realizou um conjunto de ações e projetos, resultado dos esforços empreendidos para o alcance dos objetivos estratégicos da empresa.

A Lei Orçamentaria Anual – LOA nº 13.978, de 17/01/2020 estabeleceu o montante de R\$ 1 milhão destinado a investimentos para a TRENSURB, contudo, a TRENSURB recebeu a descentralização de recursos adicionais para o orçamento de investimento da Empresa através da Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR nº 17.089 de 16/07/2020, no total de R\$ 10 milhões, possibilitando a execução de outras demandas prioritárias no exercício de 2020.

Através da Portaria do Ministério da Economia - ME nº 25.429 de 24/12/2020, a TRENSURB recebeu Crédito Suplementar para folha de pagamento de R\$ 5 milhões para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentaria vigente. Com isso, foi possível remanejar recursos e realizar outras ações que qualificaram o serviço prestado.

As principais ações e projetos executados e/ou concluídas no ano de 2020, estão listadas a seguir:

- ✓ Pesquisa de Satisfação – Visando delinear o perfil dos clientes, assim como o grau de satisfação em relação ao serviço prestado, foi realizada a pesquisa em dezembro/2020. O índice geral de satisfação para o ano de 2020 foi de 74,9%, crescendo 6,4% em relação a 2019 (70,4%) sendo os quesitos de limpeza e conservação das estações e trens (79,9%) e atendimento dos funcionários das bilheterias (73,6%) os melhores avaliados. Ainda, por meio da Pesquisa de Satisfação foi possível obter dados visando avaliar o elenco de atributos de satisfação, levantar sugestões de melhorias e reclamações;
- ✓ Projetos de melhoria e acessibilidade nas Estações (Unisinos, São Leopoldo, São Luís, Petrobras, Luiz Pasteur, Sapucaia, Mercado, São Pedro, Aeroporto, Anchieta, Niterói e Fátima) – O projeto contempla a modernização das instalações existentes e sua adaptação visando atender às exigências da Legislação e Normas Técnicas Brasileiras vigentes no tocante à Acessibilidade Universal e proporcionando qualidade do serviço a população;
- ✓ Reforma das passarelas de acesso e terminais de integração das estações Niterói, Fátima, Mathias Velho, Esteio e Sapucaia – A contratação proporciona o aumento da expectativa de vida útil das estruturas com maior conforto aos clientes e maior integração entre modais;
- ✓ Programa Estação Educar – Por meio do programa de aprendizagem profissional, promovido em parceria com o Senai-RS, a TRENSURB oferece anualmente 40 vagas a jovens de famílias de baixa renda para o curso de assistente administrativo no turno inverso ao da escola. O programa tem como objetivo desenvolver no Jovem Aprendiz as competências necessárias para a sua inserção no mercado de trabalho. O convênio entre TRENSURB e Senai-RS no formato do curso Assistente Administrativo existe desde 2009 e já formou 445 aprendizes;
- ✓ Instalação de lavatórios nas estações Mercado, Rodoviária, Canoas, Mathias Velho, Esteio, Sapucaia, São Leopoldo e Novo Hamburgo – A medida faz parte das orientações das autoridades de saúde para prevenção à Covid-19 e oferece aos passageiros que estão na plataforma, aguardando o trem, a possibilidade de lavar as mãos de forma segura com um método simples e eficiente de prevenção à transmissão do Covid-19;
- ✓ Trens Acoplados – A operação de trens acoplados foi ampliada no horário de pico da tarde com a circulação das composições de oito carros. Com essa melhoria na oferta de trens, a TRENSURB ampliou sua capacidade de atendimento gerando conforto e segurança no transporte aos passageiros que utilizam o sistema metroviário, garantindo um maior distanciamento entre os passageiros.

DESEMPENHO OPERACIONAL 2020

O desempenho da TRENSURB é medido por indicadores de desempenho, que permitem acompanhar, avaliar, decidir, interferir ou mudar o rumo dos processos de trabalho, visando atingir os objetivos estratégicos. A seguir são demonstrados os resultados dos principais indicadores.

INDICADOR	2019	2020
Análise de Imagem TRENSURB	67,09%	83,17%
Indicador de Governança – IG-SEST	Nível 1	Indicador não apurado pela SEST em 2020.
Passageiros transportados	48.055.364	24.395.921
Média de passageiros dia útil	160.343	81.836
Índice de regularidade	99,44	99,62
Taxa de Cobertura Operacional	70,15%	41,84%

Relativo ao desempenho no período, o índice da TCO teve queda de 40,36% em relação a 2019, resultado inferior ao ano anterior e, também, inferior à meta fixada para o ano de 2020 de 74% de cobertura. Tal fato é conhecido, principalmente pela queda de passageiros transportados de 49,23% em relação ao mesmo período de 2019, isto, devido a declaração de pandemia do novo Corona vírus pela Organização Mundial da Saúde ocorrida em 11 de março de 2020.

A TRENSURB transportou em 2020, 24,4 milhões de passageiros, tendo a Média Dia Útil – MDU de passageiros transportados apresentando redução de 48,96% em relação a 2019, registrando a média em 2020 de 81.836 passageiros/dia útil e a média em 2019 de 160.343.

POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Diante da necessidade permanente de modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre em 2020 a TRENSURB informou ao Governo Federal a permanência dos investimentos para o ciclo do Plano Plurianual – PPA 2020-2023. Os projetos compreendem a melhoria da frota, modernização dos sistemas operacionais de sinalização, reforma de ativos da via permanente e da rede aérea, reforma e ampliação das edificações e adequações à acessibilidade universal, além da geração de energia fotovoltaica e da atualização tecnológica para garantir a segurança da informação da TRENSURB. Tais medidas irão proporcionar um serviço de maior qualidade, conforto e segurança aos nossos clientes.

Considerando o Planejamento estratégico vigente ciclo 2016-2020, em destaque os objetivos estratégicos de “Oferecer mobilidade urbana confiável com tarifa justa” e “Alcançar o equilíbrio econômico-financeiro”, a TRENSURB no Plano de Negócios 2020 fixou diretrizes sobre os seguintes enfoques:

- **Foco no usuário** - a diretriz de foco no passageiro visa aumentar a eficiência operacional do serviço da TRENSURB, aliada a melhorar a satisfação e segurança dos nossos clientes.
- **Eficiência econômico-financeira** - a diretriz da eficiência econômico-financeira visa buscar a maior sustentabilidade financeira da TRENSURB, equilibrando a relação das receitas próprias com as despesas de funcionamento.

No 2º semestre de 2020, a TRENSURB iniciou o processo de elaboração do novo Planejamento Estratégico para o Ciclo 2021-2025. Com uma visão sistêmica e articulação entre ações de curto, médio e longo prazos estruturou o monitoramento das práticas de planejamento e gestão estratégica alinhadas com as prioridades e diretrizes do Governo Federal. A aprovação do novo Planejamento Estratégico e Plano de Negócios 2021 foram deliberados em Conselho de Administração em dezembro/2020.

Neste contexto, oportunidades são vislumbradas ao repensar a mobilidade urbana e tratá-la como um vetor de desenvolvimento, conquanto notadamente pública, é executora da política pública e agente do desenvolvimento urbano orientado para o transporte coletivo, possui capacidade de expansão do sistema proporcionando solução de mobilidade e serviço acessível. Adicionalmente, a gestão de ativos imobiliários mostra-se como alternativa para subsidiar valor da tarifa.

Entretanto, sendo a gestão estratégica um elemento importante da governança organizacional, o presente Planejamento Estratégico 2021-2025 é o compromisso de gestão que almeja avançar em direção ao alcance da sustentabilidade econômico-financeira com busca permanente pela excelência na prestação do serviço.

Por fim, acreditamos que aprimorar a governança, modernizar a gestão pública, desburocratizar os processos e implementar ações simplificadas, permanecerão no foco da atuação da gestão e alinhados com as diretrizes do Governo Federal.

Porto Alegre, março de 2021.

A Administração.



EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS 1)**

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	NOTA	2020	2019 (Reapresentado)		NOTA	2020	2019 (Reapresentado)
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	172.972.671	236.834.247	Fornecedores	15	18.880.592	24.387.349
Créditos a receber	6	2.113.403	2.301.701	Impostos e taxas a recolher		209.699	346.311
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto	7	7.174.913	6.298.754	Contribuições sociais a recolher		3.718.979	4.144.290
Adiantamento de férias e débitos de empregados	8	3.528.567	3.813.179	IRPJ/CSLL a Pagar		-	668.976
Adiantamento de fornecedores		97.287	1.941	Obrigações trabalhistas	16	18.140.690	14.138.923
Direitos a receber	9	212.776	275.931	Adiantamento de clientes	17	2.738.931	1.756.463
Impostos a recuperar		-	347.232	Credores por convênios	18	1.048.961	998.137
Estoques	10	16.803.680	19.933.790	Credores por depósitos		93.482	92.193
Despesas do exercício seguinte		177.825	348.304	Plano de Previdência - Equacionamento	26c	440.442	370.314
		203.081.124	270.155.080			45.271.776	46.902.955
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Provisão IR/CS diferido	13c	17.363.887	18.496.739
Aplicação em títulos e valores mobiliários		675	675	Adiantamentos para aumento de capital	21a	590.643	33.936.588
Depósitos judiciais	11	18.476.337	20.988.399	Plano de Previdência - Equacionamento	26c	1.452.049	1.820.711
Débitos de empregados	8	118.841	212.729	Obrigações Trabalhistas	16	686.688	-
Garantias à Juízo	12	28.244.244	35.448.285	Provisão para contingências trabalhistas	19a	95.727.104	123.840.589
Penhora s/ receita própria	12	461.127	519.038	Provisão para contingências cíveis	19b	23.835.766	19.762.532
		47.301.224	57.169.127			139.656.137	197.857.160
Investimentos em participações societárias		22.696	22.696	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	13	1.292.732.673	1.339.143.787	Capital social	20a	2.014.563.144	2.014.563.144
Intangível	14	3.207.239	5.036.387	Adiantamentos para aumento de capital	21a	67.429.571	27.906.441
		1.295.962.608	1.344.202.871	Ajuste avaliação patrimonial	13b	33.706.141	35.905.205
		1.343.263.832	1.401.371.997	Prejuízos acumulados		(754.281.813)	(651.607.828)
TOTAL DO ATIVO		1.546.344.956	1.671.527.077	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.546.344.956	1.671.527.077

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS 1)**

	NOTA	2020	2019 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	22	95.517.115	176.182.868
Custo dos serviços prestados	23	(244.653.605)	(251.676.228)
		(149.136.491)	(75.493.360)
PREJUÍZO BRUTO			
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	24	(81.256.425)	(79.036.988)
Outras receitas e despesas		985.909	14.690.183
Condenações Trabalhistas		(20.621.020)	(2.922.208)
Provisão/ Reversão ações trabalhistas	19a	24.579.222	10.759.237
Provisão/Reversão ações cíveis	19b	(4.180.016)	4.996.503
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		1.207.723	1.856.651
		(80.270.516)	(64.346.805)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(229.407.007)	(139.840.165)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		16.728.063	(1.943.574)
Receitas financeiras	5	17.667.768	17.564.217
Despesas financeiras	21a	(939.705)	(19.507.791)
SUBVENÇÕES DO TESOUREO NACIONAL	21b	107.401.971	268.138.202
RESULTADO OPERACIONAL		(105.276.974)	126.354.463
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(105.276.974)	126.354.463
PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(728.928)	(9.817.833)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(106.005.901)	116.536.630
Resultado por ação do capital social		(0,0111)	0,0122

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS 1)**

	2020	2019 (Reapresentado)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(106.005.901)	116.536.630
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(106.005.901)	116.536.630

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS 1)**

		CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	NOTA	1.673.424.165	-	38.623.191	(772.262.618)	939.784.738
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	27.906.441	-	-	27.906.441
Aumento de Capital		341.138.979	-	-	-	341.138.979
Por incorporação de créditos		341.138.979	-	-	-	341.138.979
Total do resultado abrangente		-	-	(2.717.985)	120.654.790	117.936.805
Resultado do exercício		-	-	-	116.536.630	116.536.630
Ajuste avaliação patrimonial		-	-	(2.717.985)	4.118.160	1.400.175
Realização da reserva do custo atribuído	13b	-	-	(4.118.160)	4.118.160	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	13b	-	-	1.400.175	-	1.400.175
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Reapresentado)		2.014.563.144	27.906.441	35.905.205	(651.607.828)	1.426.766.962
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	39.523.130	-	-	39.523.130
Total do resultado abrangente		-	-	(2.199.064)	(102.673.985)	(104.873.049)
Resultado do exercício		-	-	-	(106.005.901)	(106.005.901)
Ajuste avaliação patrimonial		-	-	(2.199.064)	3.331.916	1.132.853
Realização da reserva do custo atribuído	13c	-	-	(3.331.916)	3.331.916	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	13c	-	-	1.132.853	-	1.132.853
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		2.014.563.144	67.429.571	33.706.141	(754.281.813)	1.361.417.043

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS 1)**

	2020	2019 (Reapresentado)
Receita de prestação de serviços	93.235.780	172.706.715
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões	2.513.868	3.833.655
Outras receitas e despesas líquidas	(14.870.880)	1.856.651
Provisões trabalhistas e cíveis	20.399.206	15.755.740
	101.277.973	194.152.762
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais consumidos	(5.944.586)	(11.017.257)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais	(98.060.917)	(92.981.044)
Perda na realização de ativos	254.628	(112.315)
	(103.750.875)	(104.110.616)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(2.472.902)	90.042.145
Depreciação e amortização	(52.462.049)	(51.575.390)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(54.934.951)	38.466.755
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas de Subvenções	107.401.971	268.138.202
Receitas financeiras	17.667.768	17.564.217
	125.069.738	285.702.419
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	70.134.788	324.169.174
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	70.134.788	324.169.174
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	121.943.504	123.462.314
Benefícios	24.927.644	23.818.214
FGTS	9.399.838	9.492.339
	156.270.986	156.772.867
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	16.837.759	29.158.007
Estaduais	295.534	73.011
Municipais	22.446	13.293
	17.155.739	29.244.310
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	5.154	38.488
Aluguéis	1.774.259	2.107.575
	1.779.414	2.146.064
Juros sobre adiantamento de capital	934.551	19.469.303
Resultado retido	(106.005.901)	116.536.630

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS 1)**

	NOTA	2020	2019 (Reapresentado)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(106.005.901)	116.536.630
AJUSTADO POR:			
Depreciação e Amortização		51.916.941	51.575.390
Baixa de bens do ativo imobilizado		777.395	-
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	21a	934.551	19.469.303
Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis		(20.399.207)	(15.755.740)
Provisão para IRPJ e CSSL		728.928	9.817.833
		(72.047.293)	181.643.417
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Créditos a receber		188.298	(842.480)
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		(876.159)	1.056.899
Estoques		3.130.109	(3.125.494)
Impostos a recuperar		347.232	8.463.147
Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais		9.774.014	(13.370.659)
Demais contas de Ativo		516.789	(479.755)
		13.080.282	(8.298.342)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores		(5.506.757)	2.579.809
Impostos e taxas a recolher		(141.542)	34.218
Contribuições sociais a recolher		(420.381)	262.817
IRPJ/CSLL pagos		(1.397.904)	(9.148.857)
Obrigações trabalhistas, férias e encargos		3.539.955	665.632
Contingências trabalhistas e cíveis pagas		(3.641.045)	(60.704.810)
Credores por convênios e depósitos		2.272.886	799.280
Plano de Previdência - Equacionamento		(388.338)	(1.015.905)
		(5.683.126)	(66.527.817)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais		(64.650.137)	106.817.258
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	13/14	(4.454.073)	(9.844.705)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos		(4.454.073)	(9.844.705)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos recebidos para aumento de capital	21a	5.242.634	7.886.867
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento		5.242.634	7.886.867
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5	(63.861.575)	104.859.420
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		236.834.247	131.974.827
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício		172.972.671	236.834.247

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS, EXCETO QUANDO ESPECIFICADO DE OUTRA FORMA.)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB ("Companhia") é uma empresa pública, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, tendo por objeto:

- planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;
- planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1 Declaração de conformidade**

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Leis nºs 11.638/07 e 6.404/76), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

2.2 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os Pronunciamentos Técnicos – CPC, requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis, estão demonstradas na Nota nº 3.b.

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão e divulgação destas demonstrações financeiras em 24 de março de 2021, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

2.3 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

Em 2020 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu as seguintes revisões de normas vigentes:

- CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis e CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro:**
Modifica a definição de "material", esclarecendo aspectos da aplicação da materialidade nas informações divulgadas.
- CPC 15 (R1) Combinação de negócios, CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros Evidenciação e CPC 48 Instrumentos Financeiros:**
Alterações dos pronunciamentos técnicos em decorrência da "Reforma da Taxa de Juros de Referência", e descontinuidade do uso da LIBOR como taxa de referência após 2020.
- CPC 06 (R2) Arrendamentos:**
Concede benefícios em contratos de arrendamento relacionado a COVID-19 para arrendatários.

As alterações foram avaliadas pela Administração da Companhia, e não foram identificados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda local e funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um exercício não superior a um ano.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Realização de créditos a receber (Nota 6), Realização de direitos a receber (Nota 9); Realização dos estoques (Nota 10), Vida útil e Impairment do ativo imobilizado (Nota 13), Vida útil dos ativos intangíveis (Nota 14), Provisão para contingências (Nota 19), Imposto de renda e contribuição social (Nota 25), Déficit atuarial (Nota 26) e Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros.

c) Impairment de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram identificados fatores de riscos e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

d) CPC 48 - Instrumentos Financeiros**Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros**

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- mensuradas ao custo amortizado;
- valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e
- valor justo registrado por meio do Resultado do Exercício.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, conforme o CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Os ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.

A Companhia possui classificados nessa categoria as Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 5), Créditos a receber (Nota 6), Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto (Nota 7) e Direitos a receber (Nota 9).

Passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Quaisquer passivos financeiros que não possam ser classificados como ao valor justo por meio do resultado devem ser mensurados e reconhecidos como ao custo amortizado.

A Companhia possui classificados nessa categoria o saldo a pagar para Fornecedores (Nota 15), Adiantamento de clientes (Nota 17), Credores por convênios (Nota 18) e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 21.a).

Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos nem com atividade de hedge.

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia adota um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo não é único fator considerado para o provisionamento. A Companhia, na avaliação de perda esperadas, considera também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de pensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de variação no valor e acrescidas de rendimentos no período.

f) Estoques

Os estoques de materiais de manutenção são avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perda ao valor recuperável e /ou por obsolescência, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, ajustado ao custo atribuído, conforme laudo de avaliação do imobilizado, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas" na demonstração de resultado.

h) Intangível

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas acumuladas "impairment" por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado de forma prospectiva. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A Administração da Companhia definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da Companhia e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

i) Provisão para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração da Companhia para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações dos assessores legais da Companhia.

j) Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os demais passivos são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

k) Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte urbano de seus clientes, no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

- As receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilheteagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU;
- As Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretária do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas;
- As receitas financeiras são reconhecidas conforme prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

I) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes. O imposto diferido também é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a recuperar, recolhidos por estimativas mensais, calculados sobre o lucro real ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. São mensurados com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. Os impostos correntes também incluem qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

4. REAPRESENTAÇÃO

a) A Companhia realizou reclassificação de itens sobressalentes dos trens, do grupo de estoque de materiais no ativo circulante para o grupo do ativo imobilizado no ativo não circulante, conforme demonstrado a seguir. Os impactos dessa reclassificação estão apresentados na coluna "Reclassificações" no balanço patrimonial contido nessa nota. Observando as disposições da NBC –TG 23 (Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erros).

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Ref.	2019 originalmente apresentado	Ajustes / Reclassific.	2019 reapresentado
ATIVO CIRCULANTE				
Estoques	(I)	31.483.402	(11.549.613)	19.933.790
Outros ativos circulantes		250.221.290	-	250.221.290
		281.704.692	(11.549.613)	270.155.080
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Imobilizado	(I)	1.327.594.175	11.549.613	1.339.143.787
Outros Ativos Não Circulantes		62.228.210	-	62.228.210
		1.389.822.384	11.549.613	1.401.371.997
TOTAL DO ATIVO		1.671.527.077	-	1.671.527.077

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Ref.	2019 originalmente apresentado	Ajustes / Reclassific.	2019 reapresentado
PASSIVO CIRCULANTE				
Passivos circulantes		46.902.955	-	46.902.955
		46.902.955	-	46.902.955
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Passivos não circulantes		197.857.160	-	197.857.160
		197.857.160	-	197.857.160
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Patrimônio líquido		1.426.766.962	-	1.426.766.962
		1.426.766.962	-	1.426.766.962
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.671.527.077	-	1.671.527.077

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Ref.	2019 originalmente apresentado	Ajustes / Reclassific.	2019 reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO AJUSTADO POR:		116.536.630	-	116.536.630
Recursos de Subvenção do Tesouro Nacional	(II)	(268.138.202)	268.138.202	-
Outros		65.106.787	-	65.106.787
		(86.494.785)	268.138.202	181.643.417
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS		(8.298.342)	-	(8.298.342)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS		(66.527.817)	-	(66.527.817)
Caixa Líquido (Consumido) / Aplicado nas Atividades Operacionais		(161.320.944)	268.138.202	106.817.258
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(9.844.705)	-	(9.844.705)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos		(9.844.705)	-	(9.844.705)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recursos recebidos para aumento de capital		7.886.867	-	7.886.867
Recursos de Subvenção do Tesouro Nacional	(II)	268.138.202	(268.138.202)	-
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento		276.025.069	(268.138.202)	7.886.867
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		104.859.420	-	104.859.420
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		131.974.827	-	131.974.827
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício		236.834.247	-	236.834.247

- I) Reclassificação de itens sobressalentes dos trens, do grupo de estoque de materiais no ativo circulante para o grupo do ativo imobilizado no ativo não circulante, para melhor apresentação.
- II) Exclusão do movimento de ingressos de recursos e Subvenção do Tesouro Nacional para melhor apresentação.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019 (reapresentado)
Caixa	18.600	18.000
Valores em trânsito	568.681	1.037.965
Aplicações de liquidez imediata	172.385.390	235.778.282
	172.972.671	236.834.247

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com baixo risco de mudança de valor e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

A receita financeira decorrente dessa aplicação foi de R\$ 16.007.464 (R\$ 15.801.627 em 2019).

6. CRÉDITOS A RECEBER

	2020	2019 (reapresentado)
Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica	756.640	1.167.676
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões	1.659.907	1.491.943
(-) Provisão para risco de crédito	(303.144)	(357.918)
	2.113.403	2.301.701

As contas de aluguéis, arrendamentos e concessões estão deduzidas da provisão para risco de crédito conforme a seguir:

Saldo Inicial Exercício	357.918
(+) Provisão	-
(-) Reversão	(54.774)
(-) Recebimento	-
Saldo Final Exercício	303.144

7. SUBVENÇÕES - SIAFI - CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

8. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E DÉBITOS DE EMPREGADOS

	2020 (reapresentado)		2019 (reapresentado)	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamento de férias	3.302.936	-	3.573.976	-
Adiantamento por insuf. de saldo (a)	147.123	-	144.005	-
Plano de Saúde (b)	67.729	118.841	25.655	212.729
Débitos de empregados	10.779	-	69.543	-
	3.528.567	118.841	3.813.179	212.729

a) Adiantamento por insuficiência de saldo

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. No exercício de 2020 a provisão é no montante de R\$ 21.446 (R\$ 42.461 em 2019).

b) Plano de Saúde

A área de recursos humanos, considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, estimou o montante a ser recebido, no ativo circulante e não circulante. Os valores a receber no ativo não circulante foram ajustados por provisão de R\$ 6.586 (R\$ 179.889 em 31/12/2019), quando a probabilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos.

9. DIREITOS A RECEBER

	2020	2019 (reapresentado)
Convênio Pessoal Cedido	3.708	7.192
Depósitos e Cauções	41.507	41.178
Dividendos Juros a Receber/Outros Devedores	9.637	69.637
Devedores Infração Legal e Contratual	157.924	157.924
	212.776	275.931

O valor de R\$ 157.924 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal nº 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobranças, sendo o montante de R\$ 125.123 classificadas como remota perda e R\$ 32.801 classificadas como possível perda, pela área Jurídica da empresa.

10. ESTOQUES

Os itens mais significativos de estoque referem-se a materiais para manutenção dos TUEs.

	2020	2019 (reapresentado)
Material de TUES e Veículos	10.136.263	11.898.510
Material da Via Permanente	2.918.370	3.561.268
Sistemas operacionais	3.227.087	3.639.409
Materiais de expediente e administrativos	771.309	834.603
Provisão de perda (a)	(249.349)	-
	16.803.680	19.933.790

(a) A Provisão de perda registrada no exercício de 2020 é referente ao inventário anual de estoques conforme processo 2192/2020-31.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2020	2019 (reapresentado)
Depósitos Judiciais Cíveis	23.765	22.384
Depósitos Judiciais Trabalhistas	18.247.340	20.714.313
Processos Judiciais - Recursos Próprios	205.232	251.702
	18.476.337	20.988.399

12. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA E GARANTIAS À JUÍZO

A Penhora Sobre Receita Própria de R\$ 461.127 (R\$ 519.038 em 2019) corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas. Os valores de penhora de receita própria, repostos pelo Tesouro Nacional através de receita de Subvenção de Sentença não liberados aos reclamantes são transferidos para conta Garantias à Juízo, que no ano representam o valor de R\$ 28.244.244 (R\$ 35.448.285 em 2019).

13. IMOBILIZADO
a) Composição do saldo

Contas	Vida útil (anos)	2020			2019
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor líquido	(reapresentado) Valor líquido
Terrenos	-	45.909.816	-	45.909.816	41.918.379
Edificações, estações e depósitos	25,00	263.985.076	(72.658.052)	191.327.024	196.333.085
Obras de arte (passarelas e viadutos)	33,33	167.034.314	(71.783.640)	95.250.674	98.540.701
Via permanente	33,33	604.946.676	(130.131.226)	474.815.450	487.082.140
Sistemas operacionais	11,11	324.134.479	(142.153.605)	181.980.874	194.580.026
Veículos ferroviários/aeromóvel	20,00	368.505.523	(129.705.384)	238.800.139	246.936.124
Veículos rodoviários	3,03	1.678.988	(708.506)	970.482	1.094.182
Equip. proc. de dados	4,55	5.874.635	(4.754.080)	1.120.555	1.569.822
Equip., máquinas e instrumentos	7,69	59.872.654	(45.239.043)	14.633.611	14.768.360
Instalações	9,09	29.601.126	(10.667.180)	18.933.946	21.069.810
Móveis e utensílios	10,00	9.551.179	(6.951.309)	2.599.870	2.931.957
Benfeitorias em bens de terceiros	5,88	14.085.626	(9.795.139)	4.290.487	4.621.100
Imobilizado em curso	-	10.487.092	-	10.487.092	16.085.448
Impor.em andamento	-	63.040	-	63.040	63.040
Almoxarifado de bens imobilizados	-	11.549.613	-	11.549.613	11.549.613
		1.917.279.837	(624.547.164)	1.292.732.673	1.339.143.787

b) Movimentação do Imobilizado

Custo corrigido	2019				
	(reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	2020
Terrenos	41.918.379	-	-	3.991.437	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	263.408.686	-	-	576.390	263.985.076
Obras de arte (passarelas e viadutos)	167.034.314	-	-	-	167.034.314
Via permanente	604.946.676	-	-	-	604.946.676
Sistemas operacionais	323.669.993	1.295.375	(552.233)	(278.655)	324.134.479
Veículos ferroviários/aeromóvel	367.867.486	638.037	-	-	368.505.523
Veículos rodoviários	2.106.839	-	(427.851)	-	1.678.988
Equip. processamento de dados	6.840.587	22.737	(988.688)	-	5.874.635
Equipamentos, máquinas e instrumentos	57.291.988	12.947	(675.010)	3.242.729	59.872.654
Instalações	29.584.372	49.969	-	(33.215)	29.601.126
Móveis e utensílios	9.523.646	291.355	(263.822)	-	9.551.179
Benfeitorias em bens de terceiros	14.091.449	-	(5.823)	-	14.085.626
Imobilizado em curso	16.085.448	1.900.330	-	(7.498.686)	10.487.092
Importações em andamento	63.040	-	-	-	63.040
Almoxarifado de bens imobilizados	11.549.613	-	-	-	11.549.613
TOTAL IMOBILIZADO CUSTO	1.915.982.516	4.210.750	(2.913.428)	-	1.917.279.837

Depreciações acumuladas	2019				
	(reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	2020
Edificações, estações e depósitos	(67.075.601)	(5.582.451)	-	-	(72.658.052)
Obras de arte (passarelas e viadutos)	(68.493.613)	(3.290.027)	-	-	(71.783.640)
Via permanente	(117.864.536)	(12.266.690)	-	-	(130.131.226)
Sistemas operacionais	(129.089.967)	(13.286.210)	222.572	-	(142.153.605)
Veículos ferroviários/aeromóvel	(120.931.362)	(8.774.022)	-	-	(129.705.384)
Equip. processamento de dados	(5.270.765)	(250.786)	767.471	-	(4.754.080)
Equipamentos, máquinas e instrumentos	(42.523.628)	(3.297.629)	582.214	-	(45.239.043)
Veículos rodoviários	(1.012.657)	(123.700)	427.851	-	(708.506)
Instalações	(8.514.562)	(2.152.618)	-	-	(10.667.180)
Móveis e utensílios	(6.591.689)	(496.147)	136.527	-	(6.951.309)
Benfeitorias em bens de terceiros	(9.470.349)	(327.709)	2.918	-	(9.795.139)
Almoxarifado de bens imobilizados	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DEPRECIACÃO ACUMULADAS	(576.838.728)	(49.847.990)	2.139.553	-	(624.547.165)
TOTAL DO IMOBILIZADO	1.339.143.787	(45.637.240)	(773.875)	-	1.292.732.673

c) A Companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando no ano de 2010 o valor de R\$ 95.584.173 no ativo imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No exercício de 2020 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 3.331.917 referente a depreciação e no valor de R\$ 1.132.853 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 33.706.141 (R\$ 35.905.205 em 2019) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 17.363.887 (R\$ 18.496.739 em 2019).

d) A Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos, e conforme relatório apresentado por seus especialistas, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (“Impairment”).

Os resultados alcançados na mensuração do valor recuperável de seus ativos estão apresentados abaixo:

	2020
Ativos Imobilizados	1.292.732.673
Ativos Intangíveis	3.207.239
Total dos Ativos Componentes da UGC	1.295.939.912
Valor Justo (*)	1.477.602.480
Redução ao Valor recuperável	-

(*) O Conjunto de bens avaliados a valor justo é composto pelos trens série 200 e expansão da linha norte (via permanente, obras civis, rede aérea e sistemas operacionais).

e) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 337.622.839 em 2020 (R\$ 333.298.061 em 2019).

14. INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Sociedade e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENSURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

d) Composição do saldo

Contas	Vida útil (anos)	2020			2019
		Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor líquido	(reapresentado) Valor líquido
Direito de uso de imóveis	indefinida	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204
Direito de uso de telefones	indefinida	1.596	-	1.596	1.596
Marcas e patentes	10	4.872	(4.872)	-	-
Softwares	5	12.734.161	(10.902.722)	1.831.439	3.660.587
Outras dispêndios de informática	10	26.000	(26.000)	-	-
		14.140.833	(10.933.594)	3.207.239	5.036.387

e) Movimentação do Intangível

Custo corrigido	2019				
	(reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	2020
Direito de uso de imóveis	1.374.204	-	-	-	1.374.204
Direito de uso de telefones	1.596	-	-	-	1.596
Marcas e Patentes	4.872	-	-	-	4.872
Softwares	12.494.357	243.324	(3.520)	-	12.734.161
Outras dispêndios de informática	26.000	-	-	-	26.000
TOTAL CUSTO	13.901.029	243.324	(3.520)	-	14.140.833

Amortizações Acumuladas	2019				
	(reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências	2020
Marcas e Patentes	(4.872)	-	-	-	(4.872)
Softwares	(8.833.770)	(2.068.952)	-	-	(10.902.722)
Outras dispêndios de informática	(26.000)	-	-	-	(26.000)
TOTAL DA AMORTIZAÇÃO	(8.864.642)	(2.068.952)	-	-	(10.933.594)
TOTAL DO INTANGÍVEL	5.036.387	(1.825.628)	(3.520)	-	3.207.239

15. FORNECEDORES

Fornecedores Nacionais	2019	
	2020	(reapresentado)
Aquisições Trens	11.919.399	12.961.073
Sistemas de energia e comunicação	1.235.854	4.084.551
Prestação de serviços	-	146.134
Energia Elétrica	2.577.370	3.336.312
Gastos gerais	3.147.969	3.859.279
Total	18.880.592	24.387.349

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2019			
	2020		(reapresentado)	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Férias e Encargos	14.712.770	-	14.086.497	-
Promoção por antiguidade a pagar	2.249.569	686.688	-	-
FGTS s/ proc. judicial a pagar	1.148.501	-	-	-
Outras Obrigações Trabalhistas	29.850	-	52.426	-
	18.140.690	686.688	14.138.923	-

17. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	2019	
	2020	(reapresentado)
Credores p/ Venda Créditos	1.255.574	991.022
Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI	1.480.924	718.961
Adiantamento Clientes Comerciais	2.433	46.480
	2.738.931	1.756.463

O Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI refere-se a valores recebidos quinzenalmente da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP), para fazer frente ao pagamento das utilizações dos cartões SIM e TRI.

18. CREDORES POR CONVÊNIO

	2019	
	2020	(reapresentado)
Convênios SESI/SENAI	110.004	75.408
Assistência Saúde	651.891	545.769
Credores Diversos	287.066	376.960
	1.048.961	998.137

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. A provisão constituída para ações trabalhistas compõe-se de R\$ 94.039.210 (R\$ 121.990.584 em 2019), para ações de empregados e de R\$ 1.687.894 (R\$ 1.850.005 em 2019), para ações de empregados de empresas terceirizadas.

A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

	2019	
	2020	(reapresentado)
	Não Circulante	Não Circulante
Saldo 1º Janeiro	123.840.589	195.200.847
(+) Provisão	3.195.928	8.366.341
(-) Reversão	(27.775.150)	(19.125.577)
(-) Pagamentos	(3.534.263)	(60.601.022)
Saldo Final Exercício	95.727.104	123.840.589

A variação da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações.

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível e compõe-se de R\$ 98.416.235 (R\$ 73.346.898 em 2019) sendo ações de empregados R\$ 93.135.822 e R\$ 5.280.413 de ações de empregados de empresas terceirizadas.

b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no passivo não circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Companhia, é considerada provável. A movimentação destas provisões em 2020 e 2019 está composta como segue:

	2019	
	2020	(reapresentado)
	Não Circulante	Não Circulante
Saldo 1º de Janeiro	19.762.532	24.862.823
(+) Provisões	4.183.994	-
(-) Reversões	(3.978)	(4.996.503)
(-) Pagamentos	(106.782)	(103.788)
Saldo Final Exercício	23.835.766	19.762.532

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, considerada possível é de R\$ 31.280.111.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social de R\$ 2.014.563.144 está representado por 9.531.343.524 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

Composição Acionária em	2020		2019 (reapresentado)	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista				
União Federal	9.522.884.238	99,9112	9.522.884.238	99,9112
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,0687	6.543.949	0,0687
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0201	1.915.337	0,0201
Total	9.531.343.524	100,0000	9.531.343.524	100,0000

21. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL

a) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e adiantamento para futuro aumento de Capital Social.

Em conformidade ao art. 74 do decreto 8.945/2016 e parágrafo único art. 2.º Dec. nº 2.673 de 16/07/98, os recursos recebidos até 31/12/2016 são atualizados pela taxa SELIC até sua efetiva incorporação ao capital social. Os recursos recebidos a partir de 01/01/2017 não sofrem atualização, conforme disposto na norma SIAFI 021122 – Participações da União no Capital de empresas, em seus itens 2.3.7 e 2.3.8 e são registrados no Patrimônio Líquido, atendendo também as definições de instrumentos patrimoniais conforme determinado no CPC 39.

No exercício de 2020, a Companhia encaminhou proposta para assembleia de Aumento de Capital no montante de R\$ 64.319.428, sendo R\$ 34.280.496 referente a recursos recebidos entre 31/12/2015 e 31/12/2016 e os encargos decorrentes da atualização pela SELIC até a data da referida proposta e R\$ 30.038.932 referente aos recursos recebidos de 01/01/2017 a 31/03/2020. Essa proposta resultará no aumento de 428.098.405 ações ordinárias nominativas, com aprovação prevista na Assembleia Geral Ordinária a ocorrer em 29 de abril de 2021.

b) Subvenção para Custeio

As Subvenções recebidas do Tesouro Nacional, são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido em 2020 foi de R\$ 107.401.971 (R\$ 268.138.202 em 2019) composto a seguir:

Subvenção	2020		2019 (reapresentado)	
Pessoal	71.223.898		134.490.528	
Sentença	13.200.670		76.835.411	
Custeio	22.977.403		56.812.263	
	107.401.971		268.138.202	

A variação do grupo de Subvenção de Sentença no período deve-se, principalmente, ao recebimento, em dezembro/2019, o valor de R\$ 57.457.824,79 para o pagamento do processo nº 0054500-36.1999.5.04.0027, que possui como objeto diferenças salariais decorrentes da conversão da URV do ano de 1994.

A variação do grupo de Subvenção de Pessoal no período deve-se, principalmente, ao maior pagamento de despesas de pessoal por meio de recursos próprios, conforme estabelecido na LOA 2020.

c) Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento anual da Companhia está definido conforme Lei Orçamentária Anual, porém não foi aprovada até o encerramento do exercício. Os montantes fixados para a despesa da TRENSURB para o exercício financeiro de 2021, conforme a PLOA é de R\$ 205.136.072. Deste valor, R\$ 164.369.323 são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R\$ 40.766.749 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

	Recursos Próprios Fonte		Recursos Subvenção	
	PLOA/2021	150/180	Fonte 100	Fonte 100
Pessoal	69.642.438	61.680.938	7.951.500	7.951.500
Sentença	26.300.000	-	26.300.000	26.300.000
Custeio	108.193.634	101.688.385	6.505.249	6.505.249
Investimento	1.000.000	1.000.000	-	-
	205.136.072	164.369.323	40.766.749	40.766.749

22. RECEITA LÍQUIDA

RECEITA BRUTA	2020		2019 (reapresentado)	
Serviço de transporte metroviário	93.235.779		172.706.716	
Aluguéis, arrendamentos e concessões	2.513.868		3.833.655	
	95.749.647		176.540.371	
Tributos sobre a receita bruta	(232.532)		(357.503)	
	(232.532)		(357.503)	
RECEITA LÍQUIDA	95.517.115		176.182.868	

23. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2020		2019 (reapresentado)	
Pessoal e Encargos	109.136.363		111.946.919	
Serviços de Terceiros	41.215.632		39.793.723	
Consumo de Materiais	4.991.008		10.540.627	
Energia de Tração	31.841.676		33.117.626	
Serviços de Utilidade Pública	9.037.329		8.543.633	
Depreciação	48.306.463		47.558.938	
Outros Custos	125.134		174.762	
	244.653.605		251.676.228	

24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2020		2019 (reapresentado)	
Pessoal e Encargos	62.128.610		59.838.775	
Serviços de Terceiros	8.429.351		8.860.006	
Consumo de Materiais	953.578		476.630	
Serviços de Utilidade Pública	2.027.785		1.519.738	
Depreciação/ Amortização	4.155.586		4.016.452	
Outras Despesas	3.561.515		4.325.387	
	81.256.425		79.036.988	

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de renda e a Contribuição social são calculados com base no regime do lucro real de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes. A base de cálculo é a seguinte:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2020	2019 (reapresentado)	2020	2019 (reapresentado)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(105.276.974)	126.354.463	(105.276.974)	126.354.463
Adições / (Exclusões) permanentes	4.422.919	5.409.777	4.422.919	5.409.777
Adições / (Exclusões) temporárias	(18.107.803)	(89.669.146)	(18.107.803)	(89.669.146)
Lucro Real	(118.961.858)	42.095.093	(118.961.858)	42.095.093
(-) Compensação Prej. Fiscal e B. Negativa 30%	(943.021)	(12.628.528)	(943.021)	(12.628.528)
Alíquota - 9%	-	-	198.034	2.651.991
Alíquota - 10%	214.038	2.922.657	-	-
Alíquota - 15%	330.057	4.419.985	-	-
Total Imposto	544.096	7.342.641	198.034	2.651.991
(-) PAT - Programa de alimentação do trabalhador	(13.2020)	(176.799)	-	-
(-) Doações e incentivos	-	-	-	-
(-) Imposto Retido	-	(210.800)	-	(64)
Total Imposto a pagar	530.893	6.955.042	198.034	2.651.927
Valor do imposto pago no ano calendário	530.893	6.955.042	198.034	2.651.927

26. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

a) Descrição Geral do Plano

A Companhia é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado Trensurb Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência), o plano assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria programada na percepção de benefício, aposentadoria por invalidez, pensão por morte de ativo na modalidade de rendas vitalícias.

A partir da aprovação da alteração do Regulamento do Plano Trensurb Prev em 04/11/2020, conforme Portaria Previc nº 768, o plano passou a disponibilizar os mesmos benefícios citados no parágrafo anterior, no entanto na modalidade de contribuição definida, tanto na fase de acumulação dos recursos como na concessão das rendas, dessa forma foi mitigado possíveis riscos atuariais que estavam atrelados à expectativa de vida e retorno de investimentos para os novos benefícios de aposentadoria normal, invalidez ou por falecimento. Diante do exposto, o risco atuarial do plano Trensurb Prev restringe-se atualmente às pessoas que estão aposentadas até a data de 03/11/2020.

b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

Premissas Atuariais	
Taxa de Juros Atuarial	4,10% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	Zero
Taxa de Rotatividade	0,00%
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade Válidos	AT - 2000 M
Tábua de Mortalidade Inválidos	EX - IAPC
Tábua de Entrada em invalidez	TASA 27

c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

	2020	2019 (reapresentado)
Ativos Líquidos		
Patrimônio - P	80.477.303	73.896.956
Passivos Atuariais (Valor Presente)		
Benefícios Concedidos - A	34.627.758	34.167.659
Benefícios a Conceder - B	47.549.270	43.527.883
Déficit Contratado - C = C1 + C2 + C3	(3.896.214)	(4.437.443)
Patrocinadora - C1	(1.892.490)	(2.175.991)
Participante - C2	-	(58.462)
Assistidos - C3	(2.003.724)	(2.202.990)
Total das Provisões - D = A + B + C	78.280.814	73.258.099
Fundo Previdencial - E	2.667.804	122.041
Superávit/Déficit Atuarial - F = P + D - E	(471.315)	516.816
Valor do Ajuste de Precificação = G	-	1.500
Equilíbrio Técnico Ajustado - H = F + G	(471.315)	518.316

Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial de 2020, o plano Trensurb Prev, apresentou um déficit técnico de R\$ 471.315, esse valor é inferior ao limite de déficit do plano de R\$ 1.339.895, portanto sem a necessidade de equacionamento. A duração do plano foi de 8,36 anos no encerramento de 2020. Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 6,56% no ano, isso corresponde a 67% da meta atuarial de 2020 (INPC + 4,10%) que foi de 9,77%, portanto o resultado dos investimentos foi inferior à meta atuarial estabelecida.

Quanto ao déficit contratado de responsabilidade da patrocinadora, cabe informar que sua amortização ocorrerá conforme Plano de Equacionamento de Déficit 2013 e 2014 e instrumento particular de garantia, com prazo de equacionamento de 127 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 0%. O saldo devedor em 31/12/2020 é de R\$ 1.892.490,68, com prazo remanescente de amortização de 58 meses.

d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30/10/2018. O superávit verificado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30/10/2018.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia estão voltadas a buscar a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico financeiro no curso normal de seus negócios e nesse contexto as atividades da TRENSURB a expõem a Riscos de Mercado, sendo considerado os seguintes fatores de risco: políticas públicas de preços tarifários e de outros índices macroeconômicos, risco de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de risco a geração de caixa e de resultados da Companhia.

A Administração da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia por meio do monitoramento contínuo dos Riscos.

a) Risco de Preços Tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de sua operação de transporte, e com a finalidade de mitigar os efeitos desta exposição formula estudos de viabilidade econômica e aplicação de reajustes tarifários aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio tanto para a Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares suficientes para a TRENSURB, dado os efeitos das políticas públicas e outros índices macroeconômicos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, relativo aos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras líquidas imediatas, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo créditos a receber em aberto.

Os ativos classificados como caixa e equivalente de caixa estão vinculados a Conta Única do Tesouro geridas pela União por meio do ministério do planejamento onde a utilização dos recursos está vinculada aos limites de empenho previstos na Lei Orçamentária Anual.

A qualidade do crédito a receber é avaliada com base em sistema interno de classificação de crédito e os valores contábeis apresentados correspondem a expectativa de realização da Companhia.

c) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado nas sua estimativa a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Tesouro Nacional previstos na Lei Orçamentária Anual.

A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente à necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

O prazo médio de vencimentos de fornecedores aplicados na Companhia é de 30 dias.

A Companhia mantém como penhora ou garantia em causas trabalhistas bens do ativo imobilizado no total de R\$ 333.498.061.

d) Risco de taxas de juros

A Companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

28. SEGUROS

A Companhia contratou cobertura de seguros para riscos operacionais e outros a fim de cobrir eventuais perdas no ativo imobilizado.

A Administração da Companhia entende que as coberturas contratadas são suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza da atividade da Companhia. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a política de transações com partes relacionadas da empresa e conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas da Trensurb no exercício de 2020 e 2019 foram:

Parte Relacionada	Contrato	Valor Contratual	Valores Recebidos 2020	Valores Recebidos 2019	Valores Pagos 2020	Valores Pagos 2019
Caixa Econômica Federal	01.120.031/2013	360.000	-	28.539	-	-
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação	120.17/2015	1.750.000	-	-	94.725	102.140
EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	120.17/17-1	30.000	-	-	6.970	8.609
Imprensa Nacional	120.10/15-3	250.000	-	-	392.464	-
Total		2.390.000	-	28.539	494.159	110.749

Administrador / Conselheiro	Parte Relacionada	2020 (reapresentado)	2019
João Manoel da Cruz Simões	Ministério da Economia	-	35.351
Daniilo Ferreira Gomes	Ministério do Desenvolvimento Regional	-	36.278
Silvani Alves Pereira	Ministério do Desenvolvimento Regional	-	11.457
Reine Antônio Borges	Ministério do Desenvolvimento Regional	14.230	55.264
Roberta Zanenga de Godoy Marchesi	Ministério do Desenvolvimento Regional	34.432	15.202
Carlos Biedermann	Ministério da Economia	31.920	-
Ricardo Richinitti Hingel	Ministério da Economia	41.282	-
Ronald Krummenauer	Ministério da Economia	29.260	-
Rafael Bicca Machado	Ministério da Economia	23.940	-
Daniel de Oliveira Duarte Ferreira	Ministério da Economia	2.670	-

30. IMPACTOS DA PANDEMIA DO "COVID 19"

Conforme exposto na mensagem da Administração da Companhia, a Trensurb assumiu em março, no início da Pandemia do COVID 19, cientes de que nossa empresa se constitui num vetor de disseminação viral do Estado: 180 mil passageiros/dia útil, utilizando uma frota de 160 vagões (TUES-Trens Unidades Elétricas). O desafio era o de combater a lógica, potencialmente trágica. No primeiro dia, determinamos o uso máximo de comboios duplos, 8 vagões ao invés dos clássicos 4, ofertando mais espaço e garantindo mais conforto e segurança aos passageiros. Reforçamos as equipes de limpeza, garantindo, em cada viagem, a completa higienização com álcool nos vagões, corrimãos, catracas, balcões e terminais bancários e nos pontos de atendimento, além do uso obrigatório de máscaras e disponibilização de álcool em todas as Estações e postos de venda de passagens. Além de lavatórios nas plataformas.

Aos empregados, garantimos assistência médica e ambulatorial para exames e testes (em convênio com o SESI), e encontramos neles um grande espírito de equipe que garantiu o bom resultado da campanha de prevenção.

Além disto, nossos clientes, constatando o ímpeto de nossa campanha de esclarecimento público, tiveram razões objetivas para confiarem na seriedade e qualidade dos serviços prestados à Região Metropolitana.

A Companhia determinou, em função dos Decretos Municipais/Estaduais emitidos devido a pandemia da COVID-19, o fechamento dos espaços comerciais em suas estações, isentando os permissionários da cobrança de aluguel no mês de abril. Em maio, para os que permaneceram com os estabelecimentos fechados, foi mantida a isenção.

Outro fato ocorrido em razão da pandemia, foi a suspensão da implementação do reajuste tarifário previsto para a TRENURB no ano de 2020, que já estava aprovado de acordo com as diretrizes tarifárias da Companhia.

A Administração da Companhia acredita que o impacto do covid-19 na operação da Companhia, provavelmente, será derivado da pandemia no cenário macroeconômico. Julgamos não haver elementos suficientes para se proceder a uma avaliação aprofundada com projeções que alcancem os impactos futuros de médio e longo prazo. Porém, não há risco de continuidade operacional, uma vez que, possível frustração de receita será subsidiada pela União com o aumento da subvenção de custeio.

31. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	30.927	24.759	26.846
Empregados	36.768	1.750	8.235

Porto Alegre, 24 de março de 2021.

PEDRO DE SOUZA BISCH NETO

Diretor Presidente
CPF ███117.840-███

LUÍS EDUARDO FIDELL ANTUNES

Diretor de Operações
CPF ███145.420-███

JAIR BERNARDO CORREA

Gerência de Orçamento e Finanças
CPF ███204.900-███

GERALDO LUIS FELIPPE

Diretor de Administração e Finanças
CPF ███129.910-███

TALITHA DA SILVEIRA MENDER DE SOUZA

Setor de Contabilidade e Patrimônio
Contadora CRC/RS 090.987
CPF ███422.060-███

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

Aos

Acionistas e Administradores da

Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENURB

Porto Alegre - RS

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENURB** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENURB** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 13d, a Administração da Companhia, visando o atendimento ao Pronunciamento Técnico "CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos", elaborou análise para demonstrar que o ativo imobilizado e o ativo intangível, registrados em 31 de dezembro de 2020, pelos montantes de R\$ 1.292.732.673 e R\$ 3.207.239, respectivamente, não estavam registrados por valor acima do seu valor recuperável. Contudo, concluímos que a análise elaborada pela Companhia não atendeu a todos os requisitos da referida norma e, como consequência disso, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de constituir ou não provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado e do ativo Intangível.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENURB**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENURB**, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENURB**.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras da **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENURB** referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 07 de fevereiro de 2020, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração da Companhia pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião com ressalva sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 24 de março de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 RS 005519/F

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9 -S- RS

PARECER DO CONSELHO FISCAL Nº 01/2021

O Conselho Fiscal da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB, usando de suas atribuições legais e estatutárias, com base nas atividades desenvolvidas, no Relatório da Administração, no Balanço Patrimonial, nas Demonstrações do Resultado do Exercício, nas Mutações do Patrimônio Líquido, nos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, assim como nas Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, tendo como referência o Relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS, emitido em 24 de março de 2021, bem como o Relatório da Auditoria Interna nº 419/2021 – Balanço de 31/12/2020, os quais são adotados, na íntegra, conclui que os referidos documentos representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Empresa, naquela data, encontrando-se em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 29 de março de 2021.

ELIAS JACÓ DOS SANTOS
Presidente do Conselho Fiscal

FERNANDO MACHADO DINIZ
Conselheiro

ALFREDO EDUARDO DOS SANTOS
Conselheiro

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REC 0004/2021 29/03/2021

APROVA O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

O Conselho de Administração da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do artigo 35, inciso VII, do Estatuto Social da TRENSURB.

RESOLVE:

Manifestar-se pela aprovação do Relatório Anual de Administração e das contas da sua Diretoria Executiva constantes nas Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme processo administrativo SEI nº 0592/2020-11 e registrado na Ata do CONSAD de nº 514, item 1.3, de 29/03/2021, para o fim do Art. 132, inciso I, da Lei 6.404/76.

Carlos Biedermann
Presidente do Conselho de Administração